

Patrimônio natural, documentação e pesquisa

Natural heritage, documentation and research

Cezar KARPINSKI¹  0000-0003-2446-0653

Resumo

O artigo apresenta discussão sobre Patrimônio Natural a partir de pesquisa documental sobre as Cataratas do Iguaçu, paisagem que, juntamente com o Parque Nacional do Iguaçu, é considerada Patrimônio Natural da Humanidade. O principal objetivo é demonstrar que a documentação histórica sobre a paisagem contribui para a definição de um bem natural como patrimônio da humanidade. Especificamente, objetiva-se apresentar dados de catalogação e digitalização de documentos históricos, subsidiar estudos sobre "Patrimônio Natural" nas áreas da Ciência da Informação e relacionar a produção teórica e bibliográfica sobre Patrimônio Natural com a prática de pesquisa em casos específicos. A metodologia consistiu em levantamento de fontes e pesquisa *in loco* em bibliotecas e arquivos no Brasil e na Argentina, sendo a busca restringida aos anos de 1850 a 1920. Além disso, fez-se o registro fotográfico digital dos originais, cujas imagens foram tratadas e padronizadas para compor um repositório digital temático. Como resultado, recolheram-se livros, mapas e imagens (pinturas de paisagem, fotografias, cartões postais) que perfizeram um total de 118 obras, das quais 104 foram digitalizadas. A discussão aponta a escassez de bibliografia específica sobre o conceito de Patrimônio Natural nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, sendo este um objeto em potencial para a Ciência da Informação, principalmente para o enriquecimento da produção já consistente sobre informação, patrimônio e memória.

Palavras-chave: Cataratas do Iguaçu (Argentina). Cataratas do Iguaçu (Brasil). Digitalização. Documentos históricos. Patrimônio Natural.

Abstract

This article presents a discussion about Natural Heritage from documentary research regarding the Iguaçu Falls, a landscape that is considered a Natural World Heritage site. The main objective is to demonstrate that the historical documentation about the site contributes to the definition of a natural asset as a patrimony of humanity. Specifically, it aims to present the data acquired with the cataloging and digitalization of historical documents, to subsidize studies on "Natural Heritage" in the area of Information Sciences and to relate the theoretical and bibliographic production on Natural Heritage with the practice of research in specific cases. The methodology consisted of surveying sources and doing research both on-site as well as in libraries and archives in Brazil and Argentina, being the research restricted to the years 1850 through 1920. In addition, there was the digital conversion of photographic material, which were treated and standardized to compose a thematic digital repository. As a result, books, maps and images (landscape paintings, photographs and postcards) were collected, in a total of 118 documents, of which 104 were converted to digital format. The discussion points out the shortage of articles and specific bibliography about Natural Heritage, in social and human sciences, becoming a potential object for Information Sciences, mainly to enrich the production of information, heritage and memory.

Keywords: *Iguazu Falls (Argentina). Iguazu Falls (Brazil). Digitalization. Historical documents. Natural Heritage.*

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Departamento de Ciência da Informação. Campus Prof. João David Ferreira Lima, Bloco B, sala 5, Trindade, 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: C. KARPINSKI. E-mail: <cezark@hotmail.com>.

Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo nº 407613/2013-7).

Recebido em 24 de agosto de 2017, versão final reapresentada em 16 de maio de 2018 e aprovado em 20 de julho de 2018.

Como citar este artigo/How to cite this article

Karpinski, C. Patrimônio natural, documentação e pesquisa. *Transinformação*, v.30, n.3, p.314-323, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892018000300004>



Introdução

Este artigo advém de uma pesquisa realizada entre os anos de 2013 e 2016 sobre a história da paisagem “Cataratas do Iguazu”. O objetivo inicial foi o de catalogar e digitalizar documentação datada de 1850 a 1920 que possibilitasse a compreensão da fase inicial de constituição histórica do Patrimônio Natural. As discussões e os resultados apresentados aqui advém de diálogo entre a História e a Ciência da Informação (CI), tanto na obediência às técnicas de catalogação e digitalização quanto na influência de uma epistemologia da informação para melhor compreensão dos processos históricos. Uma vez que arquivos e bibliotecas selecionam e preservam obras documentais de caráter histórico, estas estão influenciando o ofício do historiador na lida com as suas fontes. Entende-se que esse “poder” de selecionar, preservar e dar acesso às informações em suportes diversos é, talvez, o mais importante gerador de conhecimento nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. No caso da História, por exemplo, é esse processo o que possibilita à sociedade o acesso aos “rastros do passado” contidos nos documentos, pelos quais o historiador comporá sua narrativa historiográfica (Ricoeur, 2007).

Este artigo se justifica pela possibilidade de suscitar interesse e subsidiar estudos sobre “Patrimônio Natural” nas áreas da CI. No Brasil, é considerável a produção bibliográfica que interconecta a categoria Patrimônio à Ciência da Informação. Nos últimos dez anos, essa discussão cresceu em densidade e notoriedade entre os pesquisadores da área. Em parte, esse avanço se deve à criação dos Grupos de Trabalho “Museu, Patrimônio e Informação” e “Informação e Memória” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIPIB), criados respectivamente em 2008 e 2010. No entanto, nessa produção, as interfaces mais discutidas são as de Patrimônio Cultural, Histórico, Imaterial e Digital.

Por esse motivo, é também objetivo deste artigo relacionar a produção teórica e bibliográfica sobre Patrimônio Natural com a prática de pesquisa. No estudo sobre o conceito, buscou-se investigar se há possibilidade de melhorar sua compreensão a partir de estudos históricos específicos.

Patrimônio Natural e suas implicações conceituais

É difícil encontrar, nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, bibliografia específica sobre o “Patrimônio Natural”, especialmente com reflexões teóricas que possibilitem a compreensão desse conceito. A maioria das publicações que trazem em seus títulos os termos Patrimônio Cultural e Natural acaba por tratar somente do primeiro. Além disso, nos últimos anos, a produção bibliográfica vem utilizando o conceito de “Patrimônio Ambiental”, devido, principalmente, às críticas ao conceito moderno de Natureza. Isso porque, após a “virada cultural” e os estudos “pós-coloniais”, a utilização da categoria “natural” atrelada à de Patrimônio passou a ser um problema conceitual, uma vez que a fronteira entre Natureza e Cultura, constructo da modernidade europeia, tornou-se tênue e, para alguns, inexistente. Com isso, passou-se a criticar a ideia de um Patrimônio que não fosse exclusivamente cultural, mesmo quando se trata de bens ou recursos naturais.

Com a influência do conceito antropológico de cultura e com o avanço dos estudos ecológicos, pareceu mais abrangente ou aceitável a utilização da categoria meio ambiente e seus derivados, pois, de acordo com as concepções contemporâneas ou “pós-modernas”, o conceito moderno de “natureza” exclui tanto o ser humano do mundo natural quanto todas as concepções não europeias desse espaço que circunda o ser humano. No entanto, essa discussão teórica tem passado longe da produção prática, pois os conceitos de “natureza” e “meio ambiente” são utilizados como sinônimos e desconectados das implicações políticas e culturais de seu uso.

Isso é perceptível na produção brasileira pelo fato de que seus objetivos estão centrados nas características e riquezas ambientais dos Patrimônios Naturais da Humanidade. Nessa bibliografia sobre Patrimônio Ambiental, se diferenciam dois grupos. O primeiro se concentra apenas no Patrimônio Ambiental e, além da documentação visual,

apresenta como característica um viés acadêmico e ambientalista. É destaque nessa perspectiva Ribeiro (2003), que reúne especialistas em meio ambiente das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Biológicas. As discussões dessa obra centram-se em aspectos singulares da fauna, flora, recursos hídricos e geológicos brasileiros que justificam sua conservação como patrimônio.

Em Ribeiro (2003) não há relação entre patrimônio ambiental e patrimônio natural, pois a noção de patrimônio se aproxima da de herança, tanto a recebida dos colonizadores quanto as que se deixarão aos descendentes. Na obra, o termo “ambiental” se refere aos recursos (ar, água, solo, fauna, flora) e suas formas de utilização, degradação, preservação e recuperação. É relevante, nessa perspectiva, a constituição documental sobre o “patrimônio ambiental” brasileiro, principalmente porque, embora consolide o conceito de meio ambiente, apresenta também um forte vínculo com a noção moderna de natureza.

Já no segundo grupo, os autores apresentam separadamente os patrimônios culturais e os patrimônios naturais no mesmo livro. São sinônimos os adjetivos “ambiental” e “natural” nessas obras que se assemelham a roteiros de viagem. Caracterizam-se pelo uso de imagens que documentam, visualmente, a perspectiva moderna e romântica de natureza: idílica, original e intocada pelo homem. Destacam-se nesse grupo Tirapeli (2010), Kok (2011) e Botallo (2014).

Para Kok (2011), percorrer o patrimônio artístico, cultural e ambiental brasileiro é viajar pela memória coletiva do Brasil. Como uma historiadora que transita pela Antropologia e Arqueologia, a autora selecionou as áreas protegidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para construir uma “Memória do Brasil” a partir do seu “patrimônio ambiental”. Para isso, apresenta os sete locais brasileiros definidos como Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que são: Parque Nacional de Iguaçu; Mata Atlântica: Reservas do Sudeste, São Paulo e Paraná; Costa do Descobrimento: Reservas da Mata Atlântica, Bahia e Espírito Santo; Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central; Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal; Áreas Protegidas do Cerrado; Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas.

Já Tirapeli (2010) tem como objeto os Patrimônios Mundiais da Humanidade no Brasil, tanto os culturais quanto os naturais. Como artista plástico e doutor em História da Arte, seu olhar fornece um amplo e acessível painel sobre a importância dos bens culturais e naturais de valor universal e que, por isso, não pertencem apenas ao Brasil. No que diz respeito ao conceito de patrimônio natural, o autor se baseia na Convenção de 1972 da Unesco, priorizando os espaços ou bens naturais “[...] eminentemente representativos dos grandes resultados de evolução da Terra” (Tirapeli, 2010, p.18).

Diferentemente de Kok (2011), cujo relato sobre os bens naturais é superficial, Tirapeli apresenta uma descrição minuciosa da história geológica e das características que tornaram os sítios naturais excepcionais. Os dados biológicos, históricos e bibliográficos sobre os espaços naturais são acompanhados por fotografias deslumbrantes que, juntos, fazem parte de um instrumental discursivo que constitui a singularidade desses espaços, característica que os justifica como patrimônio da humanidade de acordo com Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1972).

De forma semelhante, Botallo (2014) apresenta os sítios brasileiros constantes na lista de Patrimônio Mundial da Unesco com maior destaque às imagens. Entretanto, a doutora em Ciência da Informação é uma das primeiras autoras a enfatizar os Patrimônios Culturais Imateriais da Humanidade no Brasil. Para tanto, Botallo se utiliza da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (2003), que tipificou como “patrimônio cultural imaterial” as expressões culturais inclassificáveis nas definições da Convenção de 1972.

Dessa forma, criou-se, oficialmente, uma nova categoria de patrimônio e, no que concerne ao mundo natural, são patrimônios imateriais da humanidade os “[...] *conocimientos y usos relacionados con la naturaleza y el universo*” (Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2003, p.2). Ao inserir em sua obra

os patrimônios culturais imateriais do Brasil que estão inscritos na Lista dos Patrimônios Culturais Imateriais da Humanidade da Unesco, Bottallo (2014) contribui para a perspectiva cultural do patrimônio natural, principalmente com a apresentação do *Yaokwa*, ritual do povo *enauenê-nauês* para a manutenção da ordem social e cósmica. “Esse ritual relaciona a biodiversidade local a uma complexa cosmologia simbólica, as quais se entrelaçam em âmbitos distintos, mas inseparáveis, da sociedade, da cultura e da natureza” (Bottallo, 2014, p.207).

Com o avanço dos estudos sobre patrimônio imaterial e intangível, abriu-se o caminho para reflexões distintas sobre patrimônio natural. As expressões culturais ou as formas como cada sociedade representa, imagina ou interage com o mundo natural intensificam a singularidade cultural do conceito de natureza. A inserção dessas práticas como “bens” culturais que devem ser protegidos pela humanidade é fruto de uma mudança no próprio conceito de patrimônio. Demonstra-se assim que, uma vez concebido não apenas como monumento material histórico, “patrimônio” passa a ser considerado como um conceito polissêmico, nômade e difuso (Choay, 2006; Chagas, 2007). As representações sociais acerca do patrimônio, da cultura e da natureza, como um todo, fazem com que sejam necessárias novas abordagens e perspectivas capazes de lidar com essa complexidade sem a criação de outros conceitos.

É nesse sentido que uma nova concepção de patrimônio natural, por exemplo, é defendida por Howard e Papayannis (2007). Segundo eles, a preocupação com a conservação da natureza não ocorrerá sem levar em conta as atividades humanas. Nessa perspectiva, mesmo persistindo o conceito de patrimônio natural, a natureza não é apartada da cultura, pois os autores defendem uma abordagem integrada entre patrimônio cultural e natural. Para Howard e Papayannis (2007), olhar para a natureza como patrimônio da espécie humana é tanto reconhecer os impactos que as atividades humanas causaram ao ambiente natural quanto assumir a responsabilidade de conservá-lo. Para eles, somente a partir dessa visão é que será possível construir novos valores e significados ao Patrimônio Natural, sendo ele a principal herança aos descendentes futuros.

Howard e Papayannis (2007) defendem também que considerar a natureza como patrimônio contribui para a compreensão de seu valor e para aumentar o senso de responsabilidade social e individual sobre o mundo natural. Esse senso de valorização e responsabilidade, segundo eles, traduz-se em ações de conservação da natureza. Esses autores dizem também que é estratégico utilizar a categoria Patrimônio à Natureza, porque, sendo ambos os conceitos culturais, os bens naturais podem gozar da mesma preservação e conservação dos monumentos históricos. “*The notion of heritage is strong in relation to culture and it has been the basis for the protection an enhancement of the cultural inheritance*” (Howard; Papayannis, 2007, p.xi).

As novas concepções teóricas sobre patrimônio natural são frutos de um longo processo de discussão e reflexão sobre um objeto que durante um bom tempo foi relegado a um papel secundário nas discussões sobre patrimônio. No entanto, é perceptível que a reflexão sobre o patrimônio natural acompanhou e avançou de acordo com a história do conceito de patrimônio. Nota-se que as produções sobre as relações entre humanos e natureza na interface do patrimônio tendem a enveredar pelo campo da memória, dos sentimentos, dos mitos, dos rituais que presentificam valores ancestrais ainda desconhecidos. Essas manifestações, como já foi destacado neste artigo, referem-se ao campo do imaterial e do intangível, e, da mesma forma que se estabeleceram patrimônios culturais imateriais, surgiram recentemente estudos sobre patrimônio natural intangível.

Em um livro inaugural, Dorfman (2015) estabelece que o patrimônio natural intangível é uma nova perspectiva para o estudo dos objetos naturais. Segundo o autor, essa temática descreve elementos imateriais do meio ambiente que se reúnem para criar “objetos naturais” que, por sua vez, definem as relações com a natureza. Segundo ele, esses elementos podem ser sensoriais, como paisagens audiovisuais constituídas e repassadas ao longo do tempo, ou ainda processos como a seleção natural. Tais recursos auxiliam museus de história natural, por exemplo, a salvaguardar e interpretar o meio social que originou determinado bem natural.

Um dos objetivos do livro é o de unificar o conceito de patrimônio natural intangível a partir de experiências de museólogos, historiadores, ecologistas, entomologistas, paleontólogos, biólogos e antropólogos da Europa, Ásia, Inglaterra e América do Norte. Segundo Dorfman (2015), o ponto central desse tipo de abordagem é o registro de formas singulares de relação entre humanos e natureza que se perpetuam mediante práticas culturais repassadas oral ou ritualmente de geração a geração. Das representações sonoras advindas do contato com determinado tipo de pedra às fantásticas descrições de animais do século XVIII, a discussão sobre o patrimônio natural intangível se aproxima das discussões sobre o patrimônio cultural intangível, principalmente se levada em conta a discussão pautada acima a partir da obra de Botallo (2014).

Essa breve discussão teórica e bibliográfica se torna imprescindível para os estudos de caso de espaços naturais considerados patrimônio natural, principalmente aqueles definidos pela Unesco como bens de toda a humanidade. Compreender o “estado da arte” possibilita também a reflexão sobre a aplicabilidade desses conceitos na prática de uma pesquisa exploratória.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia da pesquisa foi dividida em três etapas e desenvolvida durante quatro anos. Primeiramente, selecionaram-se as bibliotecas e os arquivos nacionais do Brasil e da Argentina que disponibilizam catálogos em sistemas *web*. As buscas se concentraram nos termos “Iguaçu” e “Cataratas” e suas relações sincrônicas e diacrônicas, e todos os documentos encontrados foram catalogados.

Com o levantamento das referências e sua instituição de guarda, passou-se então à segunda etapa, que foi a pesquisa *in loco*. No Brasil, foram selecionadas e visitadas as seguintes instituições: Biblioteca Pública do Paraná; Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; Museu Paranaense; Biblioteca Nacional; Arquivo Nacional; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Biblioteca da Marinha; Arquivo do Itamaraty; e Arquivo Histórico do Exército do Rio de Janeiro. Na Argentina, foram selecionadas e visitadas: *Biblioteca Nacional Mariano Moreno*; *Biblioteca Nacional de Maestros*; e *Biblioteca del Congreso de la Nación*. A pergunta norteadora foi “que tipo de documentação se produziu sobre as Cataratas do Iguaçu entre os anos de 1850 e 1920?”.

Nessa fase, todos os documentos catalogados de cada instituição foram consultados na medida de sua disponibilidade. No Brasil, esse processo foi facilitado por contato prévio e envio anterior do catálogo para os procedimentos institucionais de recuperação e disponibilização. Algumas das instituições selecionadas permitiram, por meio de fotografia, a digitalização do material, todos pertencentes às coleções de obras raras e seções de documentos históricos. Para essa atividade, utilizou-se uma câmera fotográfica semiprofissional (Cânon Power Shot S100, 12.1mp *sensitive 24mm wide 5x*), e as imagens foram capturadas dos originais seguindo as normas de cada instituição. Posteriormente, todas as fotografias foram padronizadas de acordo com os seguintes parâmetros: 300 dpi, 8 a 12 *Megapixel*, 24 *bpp* e extensão de arquivo JPEG.

Depois do tratamento de cada imagem, passou-se à fase de catalogação das obras a partir de ficha técnica contendo os seguintes dados: autor principal; autor secundário; título; publicação; edição; data; descrição física; resumo; assunto; localização; classificação; notas gerais; referência.

Resultados

O principal resultado desta pesquisa é o acervo de fontes documentais digitalizadas e o catálogo bibliográfico e documental. Com esse material, disponibilizam-se à comunidade acadêmica informações históricas inéditas sobre o referido patrimônio natural. Nesses documentos, encontram-se informações sobre o material simbólico da paisagem,

a diversidade biológica, a singularidade e beleza natural. As fontes contêm também informações importantes sobre as relações internacionais de Brasil e Argentina nas disputas territoriais herdadas do período colonial. Além disso, essa documentação retrata: relações de trabalho (escravidão); exploração dos recursos naturais; identidades; fronteira; expedições científicas; características de espaços hoje desaparecidos; conflitos agrários; colonização; história do transporte (supremacia argentina na fronteira); Estado e Natureza; destruição ambiental no século XIX; entre outros.

Na Tabela 1 mostram-se os dados quantitativos por tipo de documento catalogado, idioma, número de documentos digitalizados e o total de imagens já tratadas.

Destacam-se os relatos de viagem e os mapas, ambos relacionados ao contexto geopolítico de definição dos limites territoriais e ocupação humana. Os primeiros são obras ricas em detalhes observados e traduzidos pelos viajantes. Já os mapas, brasileiros e argentinos, representam uma cartografia de domínio em que cada Estado Nacional visa estender ao máximo seu território e, como as Cataratas estão nesse espaço, várias são as iniciativas de representá-las ora como paisagem brasileira, ora como argentina. As instituições que mais se destacam na preservação e no acesso das obras são a Biblioteca Pública do Paraná (Curitiba) e a Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Buenos Aires). A Tabela 2 apresenta, também de forma quantitativa, a distribuição de obras por unidade de informação, exceto as pinturas de paisagem que pertencem a museus, galerias e prédios públicos, e os cartões postais, já que alguns deles são de acervos particulares.

A Tabela 2 mostra a importância do acesso aos acervos das instituições argentinas, maiores detentoras de documentos sobre a temática no recorte temporal. Soma-se a isso a política de acesso que não impõe barreiras

Tabela 1. Quantitativo do acervo.

Tipo de documento	n	Idioma	Digitalizados	Imagens
Relatos de viajantes	20	Espanhol, Italiano, Português	18	1.104
Relatórios oficiais	12	Espanhol, Português, Inglês	7	836
Álbum fotográfico	2	Espanhol, Português	2	37
Poesias	1	Espanhol	1	17
Cartões postais	32	Espanhol	32	32
Mapas	38	Espanhol, Português	33	72
Pinturas de paisagem	9	Espanhol, Português	9	9
Leis/Tratados	1	Português	0	0
Correspondências	1	Português	1	7
Projetos	2	Espanhol, Português, Francês	1	49
Total	118		104	2.163

Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Tabela 2. Distribuição das obras por instituição.

Unidade de informação	Obras	Acesso	Fotografia
Biblioteca do Congresso (Buenos Aires)	3	Fácil	Sim
Biblioteca Nacional de Maestros (Buenos Aires)	17	Fácil	Sim
Biblioteca Nacional Mariano Moreno (Buenos Aires)	25	Fácil	Sim
Biblioteca Pública do Paraná (Curitiba)	3	Fácil	Sim
Biblioteca do IHGP (Curitiba)	3	Fácil	Sim
Museu Paranaense (Curitiba)	1	Fácil	Sim
Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro)	6	Fácil	Sim
Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro)	3	Difícil	Não
Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)	0	Fácil	Não
Biblioteca da Marinha (Rio de Janeiro)	2	Fácil	Sim
Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)	10	Fácil	Não
IHGB (Rio de Janeiro)	4	Fácil	Não

Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Nota: IHGP: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba; IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

para consulta e digitalização das obras por meio de fotografia, já que a maioria é de domínio público. Já no Brasil, com exceção das instituições paranaenses, o acesso à documentação exige o conhecimento prévio das políticas e das possibilidades de consulta. No entanto, mesmo não se tendo acesso a todas as obras catalogadas e não sendo permitido fotografar as consultadas, foi possível observar que instituições como Biblioteca Nacional e Arquivo Histórico do Itamaraty guardam documentos importantes e que carecem de novas pesquisas *in loco*. Surpreendeu o fato de não serem encontradas obras do período no Arquivo Nacional, com a ressalva de que o curto prazo de estadia no Rio de Janeiro impediu o retorno e o aprofundamento das pesquisas.

No que diz respeito à antiguidade das obras, a maioria dos documentos foram publicados ou constituídos ainda no século XIX. Conforme a Figura 1, percebe-se um aumento considerável na produção e publicação a partir da década de 1880, com seu ápice na década de 1890. Nesses dados não estão contabilizadas as nove pinturas de paisagem (sete produzidas na década de 1880 e duas no ano de 1920) e os 32 cartões postais (dois em 1899 e o restante na década de 1900). Entende-se que a reprodução dessa categoria de documento é mais fácil, o que faria o aspecto quantitativo prejudicar a análise qualitativa.

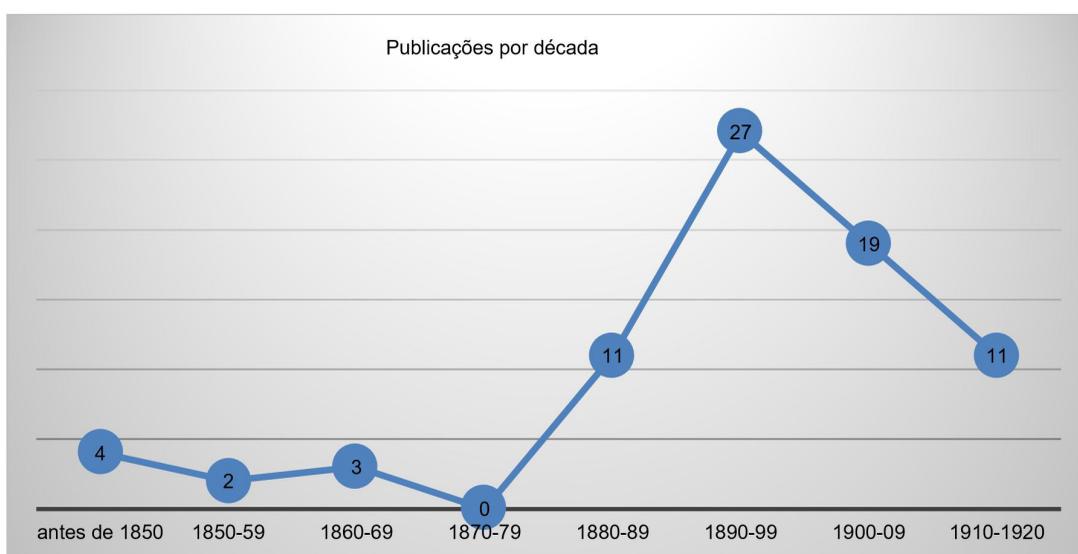


Figura 1. Publicações por década.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Discussão

Entende-se que a constituição documental sobre a paisagem foi um movimento político movido pelo interesse de dominá-la (relação objetiva) e pelo sentimento de fascínio exercido pela ideia do belo e do sublime (relação subjetiva). Nesse sentido, o documento é o ponto de interconexão entre o objetivo e o subjetivo, cujas informações inserem na representação do espaço natural as mesmas características presentes na noção de patrimônio (histórico ou cultural). No caso das Cataratas do Iguaçu, subsumiu-se na documentação sobre a paisagem a representação da natureza original, a identidade nacional, a memória coletiva sobre o espaço, sua excepcionalidade e sua estética.

Essa tipologia documental, comumente produzida no século XIX e com fortes características memorialistas e românticas, tem servido, já há algum tempo, como fonte primordial para a historiografia. Prado (1999, p.180), ao discutir Natureza e Identidade nas Américas, afirma que nesse tipo de fonte “a natureza pode ser entendida como um objeto sobre o qual se elaboram representações que carregam visões de mundo e contribuem para a gestão

de ideias que vão compor repertórios diversos, entre eles, os constitutivos da identidade do território e da nação". Isso porque, de acordo com Karpinski (2017, p.114), os "seres humanos passam a projetar sobre os agentes naturais suas ideias de Natureza, construídas culturalmente tanto em suas relações com os outros quanto em suas relações com aquilo que lhes represente o 'natural'".

Olhado por tal viés, esse tipo de documento registra mais informações sobre o autor e a sociedade do que sobre o espaço natural propriamente dito. Como exemplo pode-se citar Zusman (2010), que mostrou como as pinturas de paisagem sobre as Cataratas do Iguazu, confeccionadas entre 1880 e 1890, contribuíram para a construção da identidade nacional argentina: um país "*de una naturaleza bella y apacible, con rasgos que podrían atraer al turismo de elite en proceso de expansión en la Argentina finisecular*" (Zusman, 2010, p.14). De forma semelhante, Naxara (2004) mostrou como o cientificismo e a sensibilidade romântica do século XIX moldaram a forma de olhar e descrever a natureza em documentos que, posteriormente, ajudaram a escrever a própria história do Brasil daquele período.

Essa discussão passa a ter ainda mais aderência à Ciência da Informação quando pensada a partir de uma análise epistemológica desse fenômeno ocidental de "documentar" a natureza. Pode-se afirmar que a prática de fornecer material escrito e imagético já no século XIX iniciou o processo de representação social de uma paisagem que, em 1984, seria tombada como patrimônio natural da humanidade (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1984). Esse movimento de mais de um século de produção documental e sua difusão, no primeiro momento, e sua conservação e acesso posteriormente, contribui para um interessante modo de pensar a noção de patrimônio natural a partir de uma realidade prática.

Da mesma forma que o patrimônio cultural só o é na medida em que represente conexões significativas com o contexto histórico da sociedade que assim o considera, a documentação sobre um patrimônio natural específico dialoga com o contexto social, político e econômico do local em que está inserido. O material produzido sobre as Cataratas do Iguazu entre os anos de 1850 e 1920 não traz somente dados sobre o mundo natural. Encontram-se nesses documentos informações valiosas sobre a história das regiões Noroeste da Argentina e Sul do Brasil. Devido a esse conteúdo, tornam-se fontes históricas sobre o processo de ocupação humana da região da tríplice fronteira, mesmo reportando-se ao espaço natural. É na difusão de informações sobre a natureza "selvagem" que se verificam características culturais da população local, seu cotidiano, suas relações sociais e seus conflitos étnicos e agrários.

É em livros, mapas, pinturas, fotografias e cartões postais que se encontram as informações sobre os anseios nacionais e, principalmente, como um Estado desejava ser compreendido pelos outros. Em algumas narrativas, as características das Cataratas são transformadas em adjetivos identitários pátrios, como: forte, belo, ameaçador, rico, atraente e merecedor de olhares admirados.

Outro aspecto a ser considerado na produção documental é sua concentração nas décadas de 1880 e 1900. Tal fenômeno ocorre justamente no momento de maior conflito entre Brasil e Argentina na definição dos seus limites e fronteiras, querela herdada ainda do período colonial, conforme explicam Karpinski e Galli-Matias (2017). Com isso, à documentação se subsome um significado singular, uma vez que se mostra como a memória de um tempo, de um fato histórico comum aos dois países. O espaço natural de quedas de água e florestas já simbolizava um patrimônio nacional no século XIX, fato que pode ser relacionado à história do Patrimônio Natural da Humanidade constituído no século XX.

Essa documentação e sua preservação pelas Bibliotecas e Arquivos Nacionais da Argentina e do Brasil são reflexos de uma prática cultural que insere a natureza como constituinte da história nacional. Na pesquisa *in loco*, percebeu-se que esse material estava acondicionado em local específico e com acesso restrito aos pesquisadores, não por sua antiguidade, mas por sua importância histórica. O alcance dessa documentação chega à representação de um processo de patrimonialização da paisagem ou de um espaço natural de forma evidente e organizada (Buckland, 1997).

Conclusão

Este artigo apresentou o estado da arte nas discussões sobre Patrimônio Natural no Brasil e em duas das principais produções internacionais. É fruto de pesquisa documental sobre as Cataratas do Iguaçu que, por fazerem parte do Parque Nacional do Iguaçu, representa um dos Patrimônios Naturais da Humanidade, título conferido pela Unesco em 1984.

A documentação de interesse se restringiu ao período de 1850-1920 e seus objetivos consistiram em apresentar os dados de catalogação e digitalização de documentos históricos, subsidiar estudos sobre “patrimônio natural” nas áreas da Ciência da Informação e relacionar a produção teórica e bibliográfica sobre o tema com a prática de pesquisa em casos específicos.

A pesquisa consistiu em buscas de catálogos em sistemas de *web* de bibliotecas e arquivos no Brasil e na Argentina e de pesquisa *in loco*, com o intuito de analisar e digitalizar, por meio de fotografia, o material existente. Dentre as 118 obras catalogadas, 104 foram digitalizadas, sendo as imagens tratadas e padronizadas de acordo com metodologia pré-estabelecida, totalizando 2.163 imagens. Destacam-se os relatos de viagem, muitos deles com ilustrações e imagens advindas de fotografia, mapas e pinturas. Com esses dados, respondeu-se à pergunta sobre o tipo de documento que continha informações sobre as Cataratas do Iguaçu entre 1850 e 1920. Além disso, também cumpriu o objetivo de tornar público o resultado dos procedimentos de catalogação e digitalização das fontes históricas.

A discussão apontou que o conceito de Patrimônio Natural é um objeto em potencial para a Ciência da Informação, principalmente para o enriquecimento da produção já consistente sobre informação, patrimônio e memória. Com isso, o artigo contribui, mesmo com as suas limitações, para a produção bibliográfica sobre o tema, possibilitando, assim, subsídios para futuras produções e pesquisas.

Também se entende que a complexidade teórica da noção de patrimônio acompanha a produção documental sobre o objeto natural. Embora se tenha percebido que, ao utilizar o termo patrimônio os autores da época estavam se referindo à noção de propriedade, não deixa de ser simbólica a característica literária dos escritos que, ao descreverem a paisagem, apresentam traços do romantismo e da estética kantiana, que, por vezes, são os mesmos traços que determinam a definição do patrimônio histórico, artístico e cultural.

Da relação entre a discussão teórica e bibliográfica sobre patrimônio natural com o estudo específico desenvolvido nesta pesquisa, é possível afirmar que: (1) subsumiu-se na documentação sobre a paisagem a representação da natureza original, a excepcionalidade de sua formação e sua estética, fatores que serão critérios para sua definição como patrimônio natural da humanidade pela Unesco em 1984; (2) a constituição de documentos escritos e imagéticos já no século XIX, e seu o destino às principais bibliotecas públicas para sua conservação e seu acesso, mostra o papel decisivo das áreas da Ciência da Informação no estudo sobre patrimônio natural.

Por fim, é difícil ainda afirmar em que medida este estudo de caso aprofunda a discussão teórico-metodológica sobre o conceito de patrimônio natural. No entanto, ao percorrer esse caminho, avançou-se na direção de um diálogo necessariamente interdisciplinar que favoreça o crescimento de estudos com o objetivo de compreender as relações entre humanos e mundo natural.

Agradecimentos

Aos estudantes de graduação que atuaram como bolsistas ou voluntários na pesquisa: Daniela Ivanna Galli Mattiauda; Rejane Anahi Camilo Ruiz; Mariana Rodríguez Espinosa; Genilson Geraldo; Marçal Quevedo de Souza; Sabrina Martins. Ao João Leonildo Tomasini pelo apoio na digitalização dos documentos argentinos.

Referências

- Botallo, M. *Patrimônio da humanidade no Brasil: suas riquezas culturais e naturais*. Santos: Editora Brasileira de Arte e Cultura Brasil, 2014. p.207.
- Buckland, M.K. What is a "Document"? *Journal of the American Society for Information Science (1986-1998)*, v.48, n.9, p.804-809, 1997.
- Chagas, M. Casas e portas da memória e do patrimônio. *Em Questão*, v.13, n.2, p.207-24, 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2980/2017>>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- Choay, F. *A alegoria do patrimônio*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.
- Dorfman, E. (Ed.). *Intangible natural heritage: New perspectives on natural objects*. London: Routledge, 2015.
- Howard, P.; Papayannis, T. (Ed.). *Natural heritage: At the interface of natural and culture*. London: Routledge, 2007. p.xi.
- Karpinski, C. *História do Rio Iguaçu: navegação, Cataratas e hidrelétricas*. Saarbrücken: NEA, 2017. p.114.
- Karpinski, C.; Galli-Matiauda, D.I. Paisagem e fronteira nas questões territoriais entre Brasil e Argentina (1860-1914). *Revista NUPEM*, v.9, n.17, p.72-85, 2017. Disponível em: <<http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/321/297>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- Kok, G. *Memórias do Brasil: uma viagem pelo patrimônio artístico, histórico, cultural e ambiental*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- Naxara, M.R.C. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX*. Brasília: Editora UnB, 2004.
- Prado, M.L.C. *América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999. p.180.
- Ribeiro, W.C. (Org.). *Patrimônio ambiental brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Uspiana: Brasil 500 anos).
- Ricoeur, P. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- Tirapeli, P. (Coord.). *Patrimônio da humanidade no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Metalivros, 2010. p.18.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Unesco: Paris, 1972.
- Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. *Convención para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial*. Paris, 2003. Disponible en: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540s.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2016.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Nomination to the world heritage list: Iguazu National Park*. Paris, 1984. Available in: <http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/355.pdf>. Access in: 22 Jun. 2016.
- Zusman, P. Imágenes geográficas en la creación de la nación: la participación argentina en exposiciones universales estadounidenses (1876-1893). In: Ortega Cantero, N.; García Alvarez, J. (Coord.) *Lenguajes y visiones del paisaje y del territorio*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2010. p.133-146.